

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

GIL, Isabella Caroline¹

RU: 1144342

SOARES, Kátia Cristina Dambiski²

RESUMO

Esse artigo apresenta dois paradigmas importantes no cenário educacional brasileiro: a Pedagogia Social (PS) e a Educação Popular (EP). O primeiro, caracteriza-se por ser uma ciência teórico-aplicada que oferece as bases epistemológicas para a Educação Social; já o segundo, é concebido como uma prática educativa oriunda de movimentos populares que lutam contra as desigualdades sociais. A sociedade presencia, cada vez mais, a exclusão de sujeitos das relações sociais produtoras de conhecimento, e é nesse cenário que a PS e a EP surgem, como alternativas às pedagogias tradicionais. Os fazeres pedagógicos dessas concepções são pensados a partir da realidade dos educandos, valorizando os aspectos da cultura popular e do senso comum. A Pedagogia Social e a Educação Popular chegam ao século XXI com um histórico de transformação social e podem ser implementadas em todos os espaços onde a educação pode acontecer. Os objetivos desta pesquisa é apresentar os aspectos históricos da PS e da EP, o papel que assumem nos processos educativos de transformação social e emancipação humana e qual a relação entre Pedagogia Social e Educação Popular no contexto da Educação Social. Esse trabalho é uma pesquisa básica de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e descritiva. Foram utilizadas plataformas de pesquisas como o Google Acadêmico e o Domínio Público, e a fundamentação teórica foi baseada em autores como: Caliman (2006; 2012); Freire (1967; [197-]; 1996; 2019); Gadotti (1992; 2007; 2012; 2016); Graciani (2014); Machado (2014; 2015); e Vieira (2007).

Palavras-chaves: Pedagogia Social. Educação Popular. Educação Social.

INTRODUÇÃO

“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.” É com essas palavras que Paulo Freire inicia seu ensaio “Educação como prática da liberdade” publicado originalmente em 1967. A educação, assim como o trabalho, é uma atividade exclusivamente humana, responsável por transmitir produções culturais de homens e mulheres ao longo da história, sendo essencial para garantir que estes sujeitos participem ativamente da vida em sociedade. No entanto, no atual cenário econômico neoliberal, em que os direitos sociais básicos estão sendo

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 02 - 2020.

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

negados às classes mais empobrecidas, a educação é vista através de um viés instrumental e preparatório para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, ignorando os problemas urgentes dos excluídos.

A escola, ambiente primordial dos processos de aprendizagem, sobrecarregada pelos desafios que lhe são lançados, não consegue enfrentar sozinha as consequências do capitalismo. Esse sistema econômico, com base na acumulação de capital nas mãos de poucos, gera, inevitavelmente, situações de desigualdades sociais, nas quais muitos são afastados das relações sociais, não tendo acesso aos produtos culturais, materiais, econômicos e políticos. É nesse cenário que a Pedagogia Social (PS) e a Educação Popular (EP) surgem como paradigmas educativos alternativos às pedagogias tradicionais, por vezes individualistas e opressoras, incluindo na ação educativa aqueles que foram excluídos ou que não conseguiram ter acesso à educação escolar formal. Tanto a Pedagogia Social quanto a Educação Popular, procuram melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e grupos, e busca, através de práticas pedagógicas reflexivas e críticas, despertar nos educandos o desejo pela autonomia e o pleno exercício da cidadania.

A Pedagogia Social, que teve início na Europa em decorrência das desigualdades sociais provocadas pela Revolução Industrial, é uma ciência que oferece bases teóricas para a Educação Social, visando a integração de pessoas excluídas historicamente, como menores infratores, desempregados, negros, indígenas, mulheres, sem-terras, entre outros.

No Brasil, os estudos sobre a Pedagogia Social são incipientes, e é nesse sentido que esse debate se torna impreterível, principalmente com a crescente demanda pelo trabalho socioeducativo. Os oprimidos precisam ter a oportunidade de analisar de maneira crítica o meio no qual estão inseridos e perceber quais são as injustiças que os afastam das relações sociais. A Educação Popular, por sua vez, que hoje tem grande influência do educador Paulo Freire, surgiu como uma educação voltada para a alfabetização de jovens e adultos pertencentes à classe trabalhadora. É um paradigma da educação, que, assim como a Pedagogia Social, acontece junto ao educando e é pensada a partir da realidade desse sujeitos.

Esse artigo é um Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como objetivos apresentar as definições e a história da Pedagogia Social e da Educação Popular; qual o papel que ambas podem assumir nos processos de conscientização e emancipação dos sujeitos; e em quais contextos elas podem dialogar entre si. Essa

é uma pesquisa básica de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, uma vez que pretende-se analisar de maneira subjetiva os temas propostos. A pesquisa foi realizada em livros e textos do acervo pessoal e também a partir de plataformas de pesquisa, como o Google Acadêmico e o Domínio Público. A fundamentação teórica foi organizada a partir de uma revisão bibliográfica de autores como: Caliman (2006; 2012); Freire (1967; [197-]; 1996; 2019); Gadotti (1992; 2007; 2012; 2016); Graciani (2014); Machado (2014; 2015); e Vieira (2007).

Pedagogia Social: conceito e dimensão histórica

A história da pedagogia aponta a Grécia Antiga como o começo de práticas educativas, ainda que não sistematizadas, voltadas para a formação dos jovens. Filósofos como Sócrates e Platão contribuíram com a reflexão sobre a importância da Educação para o desenvolvimento humano, sendo que o primeiro “ministrava seus ensinamentos aos jovens em praça pública e instigava-os a pensar por si próprios.” (NOGUEIRA; LEAL, 2015, p. 37). Já Platão, discípulo de Sócrates, elaborou “uma proposta filosófica de uma pedagogia ético-política, na qual o conhecimento e a prática da virtude vão garantir a viabilidade e a legitimidade do Estado.” (SEVERINO, 2006, p. 623-624). Como sabemos, as práticas educativas sempre estiveram correlacionadas com o contexto social da humanidade, portanto a educação carrega consigo os fatores social e político como características predominantes.

A Constituição Federal de 1988, traz no Capítulo III, a educação como um “direito de todos”, cabendo ao Estado e à família garantir o acesso para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Ainda no que se refere às leis, em 1996 foi promulgada a Lei nº 9394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O primeiro artigo da referida lei afirma que a “educação abrange todos os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino” (BRASIL, 1996), sendo considerada, também, a educação proveniente dos movimentos sociais e das manifestações culturais.

Legalmente, a educação é um direito de todos. Vimos isso na Constituição e na LDBEN. No entanto, a sociedade vivencia desafios complexos, em parte graças à consolidação do capitalismo, cujo o acúmulo descontrolado de bens nos faz presenciar o que Marx (1867 apud VYGOTSKY, 1930, p. 3) chamou de “corrupção da personalidade humana.” Ao gerar riquezas, o capitalismo também gera a pobreza, a

violência, a marginalização e o abandono. Vygotsky (1930), já apontava em seus escritos que essa organização, com base na exploração humana, conduz toda a sociedade para a degradação do ser humano. É diante desse cenário marcado por fortes discrepâncias sociais, que a Educação Social se apresenta como alternativa para garantir que todos sejam incluídos nos processos educacionais.

A Pedagogia Social (PS) é uma disciplina de caráter científico e oferece as bases epistemológicas para a Educação Social. Seu desenvolvimento e aplicação se estruturam de maneiras diferentes, a depender do contexto. Vieira (2007) cita como marco inicial da PS a Revolução Industrial na Europa, que provocou fortes mudanças na estrutura da sociedade, como o nascimento da classe operária, o crescimento demográfico e, conseqüentemente, as desigualdades sociais. As questões sociais começaram a adentrar o campo das políticas educacionais, o que contribuiu, mais tarde, com os desdobramentos da Pedagogia Social. A autora completa dizendo que foi na Alemanha, no século XIX, que o termo ganhou vida. No país europeu, a Pedagogia Social era aplicada através da ajuda educativa, profissional e cultural. “A situação sócio-econômica e política em que se encontrava a Alemanha, por volta de 1850, foi determinante para o aparecimento de uma nova maneira de solucionar as necessidades sociais.” (VIEIRA, 2007, p. 27).

Machado (2015), descreve a Alemanha como o berço da Pedagogia Social e da Educação Social, tanto no que se refere às bases epistemológicas quanto pelo reconhecimento social, e, assim como Vieira, também indica a Revolução Industrial e outros eventos políticos como responsáveis para o desenvolvimento da PS. No século XIX, as mudanças na sociedade, provocadas pelo avanço do capitalismo e do antagonismo de classe, intensificou a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Assim, a PS passa a ser uma alternativa à educação burguesa, marcada pelo individualismo, estabelecendo práticas pedagógicas voltadas para a autonomia do indivíduo.

No Brasil, apesar da demanda cada vez mais elevada de trabalhos no âmbito socioeducativo, a Pedagogia Social se desenvolveu e ainda se desenvolve de maneira muito específica e com poucas pesquisas nessa área.

A Pedagogia Social emerge, no Brasil, como uma ciência que oferece as bases metodológicas e teóricas para a Educação Social. A Educação Social, por sua vez, constitui-se em uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social (CALIMAN, 2012, p. 351).

Ainda de acordo com Caliman (2012, p. 343), a Pedagogia Social brasileira pertence às Ciências da Educação, e se preocupa com a educação de sujeitos historicamente situados, capaz de atuar em contextos que não foram contemplados pela educação formal. Ela ganhou espaço no cenário educacional brasileiro, ainda no início do século XX, como uma forma de educação das massas trabalhadoras, em virtude da conscientização política e transformação social.

Enquanto em outros países a PS se desenvolveu como área de estudo, no Brasil percebemos que ela está mais voltada para intervenções diretas na sociedade, dando seus primeiros passos como campo de pesquisa (VIEIRA, 2007). Segundo Machado (2014, p. 131), “foi possível identificar que a primeira vez que a terminologia Pedagogia Social aparece no contexto educativo brasileiro foi entre as décadas de 1920 e 1940, relacionada à terminologia Educação Popular.” À época do advento da Pedagogia Social em território brasileiro, a população enfrentava altos índices de analfabetismo, “o que era um problema para o governo da época, que buscava o desenvolvimento e a modernização do país.” (MACHADO, 2014, p. 131). Uma característica pertinente à Pedagogia Social brasileira é que seu campo de atuação se amplia devido a precariedade das políticas públicas voltadas para a educação. A Pedagogia Social orienta seus processos para uma educação que contemple indivíduos marginalizados e excluídos, e

que ocorre de modo particular lá onde as agências formais de educação não conseguem chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais (CALIMAN, 2012, p. 343).

O campo de atuação da PS é a própria comunidade e tem como objetivo estimular nos indivíduos a capacidade de se perceber como seres políticos, inseridos em relações sociais carregadas de contradições, típicas do sistema capitalista. A Educação Social, objeto prático da Pedagogia Social, ocorre em contextos onde é possível observar situações de injustiça social, e suas condutas pedagógicas têm como propósito ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo-lhes o pleno exercício de seus direitos. Um exemplo de intervenção pedagógica da PS, são os trabalhos com adolescentes infratores que cumprem medidas socioeducativas. Não é uma educação destinada à adaptação do indivíduo, mas à transformação desse indivíduo e a comunidade em que vive (CALIMAN, 2012).

Como Graciani (2014) aponta, a Pedagogia Social é uma ciência transversal, amparada por práticas pedagógicas emancipatórias e autônomas, que objetiva a transformação social através da superação de situações de injúria social. Para tanto, a Educação Social requer ação e reflexão, demanda práxis. A teoria, que é a Pedagogia Social, não deve ser vista como um objeto a parte da ação educadora, mas como base propulsora de uma educação libertadora. A autora completa, de maneira bastante sensível, afirmando que a Pedagogia Social instiga nas pessoas “a capacidade de sonhar com uma realidade mais humana, menos feia e mais justa, pois é sabido que existem muitas injustiças e mudar o mundo é difícil, mas nada de humano existiria em nós se não tentássemos.” (GRACIANI, 2014, sem paginação).

Mesmo sendo uma ciência teórico-aplicada, a Pedagogia Social tem como finalidade ajudar a reinserção de indivíduos e grupos marginalizados, estimulando o desenvolvimento de todas as potencialidades e o desejo para uma vida melhor. Ainda de acordo com Graciani (2014), a PS é um processo dialético, contínuo, afetivo e social, que tem como objetivo trabalhar no ser humano o processo de transformação social, no qual o educando é levado a superar a passividade e ingenuidade diante a realidade, tornando-se assim um sujeito crítico que acredita na “utopia de um país mais justo socialmente, no qual todos são sujeitos históricos capazes de ocupar a vida política em seu sentido mais amplo e irrestrito.” (GRACIANI, 2014, sem paginação). Dessa forma, a ação pedagógica da PS está intrinsecamente relacionada com as estruturas sociais e com o trabalho de aprimorar nos indivíduos o pensamento curioso, reflexivo e indagador, pois todo ato educativo, independentemente do espaço em que acontece, exige criticidade (FREIRE, 1996).

Outro aspecto importante a ser considerado é, justamente, o espaço no qual a Pedagogia Social acontece. Para Caliman (2006), a Pedagogia Social se desenvolve em ambientes não-formais e não é organizada segundo as normas que permeiam a escola, por exemplo. Portanto, para a PS, todos os espaços são potencialmente educativos. A educação não-formal se diferencia, não somente pelo ambiente em que ocorre, mas também pelos contextos e objetivos que a caracterizam. Enquanto a educação formal responde à um sistema de conteúdos, avaliação e espaço específicos, a educação não-formal atua nas relações entre indivíduos fora dos muros das instituições de ensino.

No entanto, vale ressaltar que a Pedagogia Social não ignora a escola nos seus processos educativos, tampouco existem contradições entre a Pedagogia Social

e a Pedagogia Escolar, pelo contrário: a Pedagogia Social atua como uma ponte entre o espaço formal e a dimensão social dos sujeitos, atingindo os segmentos da sociedade que não puderam ser contemplados pela escola (CALIMAN, 2012). São complementares, pois visam a formação integral do ser humano. Ao ter como área de atuação os espaços não-formais, a Pedagogia Social promove ações reflexivas além dos muros escolares, dando oportunidades para que os indivíduos tenham contato com aquilo que lhes é negado sistematicamente: a educação, a cultura, a vida política e a autonomia.

Educação Popular: educação como forma de resistência

A Educação Popular (EP), que, no Brasil, tem como principal referência teórica o educador Paulo Freire, teve origens a partir das demandas de movimentos populares para a alfabetização de jovens e adultos e, conseqüentemente, para a superação das desigualdades sociais. Apesar de estar comumente presente fora dos muros da escola, é inegável que as práticas e metodologias da EP tenham influenciado diretamente as ações pedagógicas dentro da escola.

Marcada pela riqueza da diversidade, a Educação Popular está fortemente vinculada ao contexto histórico, social, econômico e cultural. Para Moacir Gadotti (2012), a Educação Popular chega à América Latina através de movimentos anarquistas, que, como na Espanha, por exemplo, promovia a educação para o povo contra os sistemas de opressão. O autor aponta a década de 50 como o início da história dessa prática educacional, tal como a conhecemos, permeada pelo amor e pela práxis. “Como concepção da educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal.” (GADOTTI, 2007, p. 24). Portanto, a EP, forte referência mundial, surgiu das lutas sociais e se organizou como uma pedagogia libertadora, de cunho político, voltada para a transformação da sociedade.

No entanto, até a década 50, a EP era vista como uma extensão da educação formal, não se organizando a partir de teorias libertadoras, como acontece no início da década de 60. Nesse período, a Educação Popular se dividia em duas tendências: a libertadora, baseada na práxis da autonomia, e a funcional, que tinha como objetivo formar mão de obra e impulsionar o desenvolvimento nacional. Nas décadas de 70 e 80, em decorrência das ditaduras nos países da América Latina, a Educação Popular

passa a atuar, quase clandestinamente, em ONG's e movimentos sociais (GADOTTI, 2012).

Ainda de acordo com Gadotti (2007, p. 24), a Educação Popular não é produto exclusivo dos países latino-americanos, podendo ser encontrada no mundo todo, “manifestada em concepções e práticas muito diferentes.” No Brasil, a EP se organizou, inicialmente, como uma educação voltada para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de iniciar ou concluir os estudos na idade correta. “A **educação popular** como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pelo Estado, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério.” (GADOTTI, 2012, p. 7, grifo do original). Ao contrário de outras teorias pedagógicas, formuladas por pensadores e políticos, que se situam distante da realidade da população, conhecendo-a apenas superficialmente, a EP nasce diretamente dos indivíduos e das diversas lutas que estes enfrentam no cotidiano. É uma educação voltada para os interesses das classes populares.

Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (GADOTTI, 2012, p. 7).

No Brasil, a Educação Popular ainda está ligada aos movimentos sociais e políticos, com o compromisso de estabelecer uma sociedade mais justa através de práticas educativas emancipatórias. O trabalho educacional da EP ainda é necessário, posto que as desigualdades entre as classes estão ainda mais acentuadas. Além disso, as lutas por moradia, pela reforma agrária, igualdade de gênero, entre outras, são caracterizados como espaços de reivindicação por direitos, onde a Educação Popular tem grande papel na conscientização dessas pessoas.

É nesse sentido que a EP não pode ser limitada a uma experiência de uma época, posto que ela é uma prática permanente entre cultura popular e política, sendo a práxis de indivíduos que, historicamente oprimidos, se posicionam de maneira crítica frente à um sistema homogêneo que alimenta o antagonismo de classes.

A Educação Popular sempre foi ousada. Rompeu, no passado, com esquemas rígidos, formais. Espera-se que hoje ela possa avançar e romper também com seus próprios preconceitos e que não tenha medo, inclusive, de superar-se a si mesma, de renovar-se, refundar-se, fiel ao princípio de buscar respostas para esse novo tempo, aberto a muitas possibilidades de futuro (GADOTTI, 1992, p. 3).

Uma educação libertadora é realizada junto com os oprimidos, transformando-os em protagonistas dos processos educativos, pois, nas palavras de Freire (2019, p. 56): “Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.” Essa é a principal característica da Educação Popular: ela é elaborada em parceria com os excluídos. As práticas educativas da EP enxergam o mundo pelos olhos dos educandos e valorizam suas experiências de vida. Sua ação não é voltada para a manutenção do *status quo*, mas para a superação das injustiças na formação de cidadãos autônomos e reflexivos.

A educação popular tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial (GADOTTI, 2007, p. 24).

A educação freiriana, baseada no diálogo e no amor, busca, junto ao indivíduo, ultrapassar os limites que o condiciona à situação de opressão. Freire (2019, p. 100) defende uma educação problematizadora, em que os educandos são levados a compreender a realidade como um processo em transformação, em que estes se percebem criticamente como seres pertencentes ao mundo. Para Freire (1967, p. 102), é a partir das massas populares que os métodos pedagógicos devem ser pensados, em uma permanente troca de saberes entre educador e educando. É a partir dessa diálogo, permeado pela ação e reflexão, que os homens serão capazes de se libertar e, conseqüentemente, libertar os seus opressores.

A Educação Popular está relacionada à alfabetização e a democratização da cultura, através dessas práticas pedagógicas. Freire (1967, p.104), pensou em uma educação voltada para o sujeito, imerso no ato criativo da alfabetização, estabelecendo relações críticas com o mundo.

A educação assume um papel fundamental na existência da humanidade. E a EP chega ao século XXI com a responsabilidade da práxis social, acumulada com as lutas de todos os grupos excluídos e marginalizados. A prática da Educação Popular é inacabada, pois os homens permanecem em constantes conflitos, e por esse motivo, também são inacabados.

O homem pergunta-se: quem sou? de onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e,

como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, [197-], p. 14).

Portanto, cabe à educação, como uma ação verdadeiramente problematizadora, cultivar, junto aos educandos, o desejo pela liberdade e pela superação das desigualdades que o submetem à condição de oprimidos. A Educação Popular, longe de ser uma educação burguesa e “bancária”, acontece em conjunto com os sujeitos, e permite que estes se percebam como seres históricos, sociais e políticos, pertencentes ao mundo e aptos à mudar a realidade em que estão inseridos.

Um diálogo entre Pedagogia Social e Educação Popular

As terminologias Pedagogia Social e Educação Popular apareceram, pela primeira vez, no território brasileiro, no fim do século XIX e início do século XX, momento em que o país passava por grandes transformações políticas, sociais e econômicas. Nessa época, a preocupação do Estado era garantir que as massas fossem educadas para o trabalho nas indústrias que cresciam.

A função social não pode ser ignorada nesse debate, pois toda prática educativa é permeada pela intencionalidade. As práticas da Pedagogia Social, no Brasil, tiveram forte influência de Paulo Freire, mesmo que o educador não tenha escrito as palavras “pedagogia social” em seus estudos. Ainda vale ressaltar que a PS não é fortemente difundida no país, e os estudos ainda são incipientes, o que ressalta a importância das pesquisas nessa área.

As abordagens da PS carregam em suas práticas muitas características da Educação Popular freiriana, como as ações educativas voltadas para grupos marginalizados, oprimidos ou excluídos. Como já foi dito, a Educação Popular surgiu como uma alternativa às práticas pedagógicas da década de 1950, quando se estabeleceu como uma educação com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos pertencentes à classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, atuando com uma abordagem política e social, a Pedagogia Social também se desenvolveu como uma prática educativa voltada para indivíduos e grupos excluídos. Os projetos político-pedagógicos da EP e da PS são elaborados de maneira a contrapor-se às ideologias burguesas, que não representam os interesses da classe trabalhadora, priorizando ações educativas humanistas, integrando, assim, os educandos às relações sociais produtoras de conhecimento. Dessa forma, essa educação, construída ao lado dos

oprimidos, tem como principais objetivos superar a realidade opressora e estimular a práxis social, na qual cada pessoa tem consciência do lugar em que ocupa na sociedade, e que essa sociedade está suscetível a transformações, estabelecendo, assim, o compromisso com o desenvolvimento integral do ser humano.

O pensamento de Paulo Freire é voltado para a transformação social e para uma pedagogia feita *com* os sujeitos e não *para* os sujeitos (FREIRE, 2019). Ao ter contato com os diferentes segmentos da população, o educador contribuiu para a valorização de saberes construídos fora do ambiente escolar, pois para ele, a educação não acontece exclusivamente nesse ambiente, mas na prática do sujeito - na ação e reflexão. A EP valoriza o senso comum que os educandos trazem para o processo pedagógico, buscando descobrir quais são as ideologias que permeiam as práticas cotidianas, pois ela “se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana.” (GADOTTI, 1992, p. 3). Ainda hoje, a Educação Popular tem como alicerce as lutas populares e o respeito aos Direitos Humanos, e assegura seus princípios como uma educação libertadora, crítica e política, incorpora outros sujeitos na sua ação pedagógica, abordando temas como migração, gênero, etnias, sexualidade “mantendo-se sempre fiel à leitura do mundo das novas conjunturas.” (GADOTTI, 1992, p. 4).

Mesmo que Freire nunca tenha refletido sobre a Pedagogia Social é inegável que suas teorias influenciaram e ainda influenciam fortemente essa área no Brasil. A Pedagogia, caracterizada como a Ciência da Educação, se transforma constantemente, incorporando as ações dos sujeitos que dela fazem parte. A PS surge em uma sociedade marcada pelas contradições, em que a Educação Social é necessária para a organização de um trabalho pedagógico voltado para os indivíduos que se encontram em situações de risco, como a exclusão, a pobreza e o desemprego.

Graciani (2014) afirma que a Pedagogia Social é amparada por práticas pedagógicas emancipatórias e autônomas e, portanto, se contrapõe ao modelo assistencialista e repressivo monopolizado por poucos privilegiados. A Pedagogia Social conversa com a Educação Popular, no ponto em que as experiências dos educandos são valorizadas. Em ambas é estimulado o processo de ação e reflexão juntamente com os excluídos, afinal

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos não de ser exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (FREIRE, 2019, p. 56).

A Educação Popular de Paulo Freire possibilitou que o processo de ação e reflexão ocorresse com aqueles que se encontravam à margem da sociedade. “Foi esta relação social educativa que permitiu aos pobres tornarem-se sujeitos políticos, pois para Paulo Freire, toda educação é um ato político.” (GRACIANI, 2014, sem paginação). Ainda conforme a autora, a Pedagogia Social é um projeto radical de transformação política, pois, além de propor uma educação libertadora através de uma ação pedagógica que concilie homem, sociedade e cultura, ela também procura conscientizar homens e mulheres das camadas excluídas através de um trabalho político e educacional de libertação popular. E ainda completa declarando que a ação educativa da Pedagogia Social ocorre por meio da relação dialógica entre os indivíduos, valorizando a experiência, a memória histórica e a identidade de cada um, afinal, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2019, p. 96).

As premissas da Educação Popular são a cultura popular e as experiências dos indivíduos e do grupo, isto é, o senso comum que os sujeitos trazem das práticas do cotidiano, procurando problematizá-las (GADOTTI, 2012). Sua origem remete ao movimento de libertação frente às opressões sofridas por segmentos da sociedade, que devido ao sistema capitalista, vê seus direitos serem negados. “Trata-se de um paradigma teórico nascido no calor das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só à construção de saberes, mas também ao fortalecimento das organizações populares.” (GADOTTI, 2012, p. 20).

A PS e a EP são paradigmas da educação, que ocupam um lugar político e pedagógico, responsáveis por encaminhar processos de aprendizagem e garantir o acesso à cultura e ao conhecimento construído historicamente pela humanidade, afirmando, assim, o compromisso com o povo. A tomada de consciência da realidade e as transformações sociais são resultados da aplicação de uma educação pensada com os sujeitos, num processo dialógico, em que o educador não enxergue o educando como um objeto apático, sem conhecimentos valiosos, mas como alguém

carregado de experiências e potencialidades. O educador social deve atuar como uma ponte, mediando e possibilitando que os sujeitos se apropriem do conhecimento necessário para a atuação consciente na sociedade. É responsabilidade dos educadores sociais estimular nos educandos o anseio por uma vida melhor e autônoma, afinal “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (FREIRE, 1996, sem paginação).

As trajetórias da Educação Popular e da Pedagogia Social são marcadas pelas lutas por uma educação libertadora e pelo respeito aos Direitos Humanos. As práticas educativas de ambas visam a conscientização política de uma parcela oprimida da sociedade, permitindo que os sujeitos percebam e superem a lógica do capitalismo na qual estão inseridos.

METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho é a descrição das etapas que compõem a escrita científica e “cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos.” (DEMO, 1985, p. 19) que o pesquisador utilizou para a sua realização. Esse trabalho pode ser classificado como uma pesquisa básica de revisão bibliográfica e descritiva, que consiste em uma pesquisa de levantamento de dados sobre temas específicos de uma determinada área (nesse caso específico, Pedagogia Social e Educação Popular), observando as questões de maneira mais aprofundada, permitindo um maior conhecimento sobre os problemas e as ideias que compõem tais questões. A pesquisa bibliográfica “fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.” (MORESI, 2003, p. 10).

Para reunir os autores, foram utilizados as seguintes plataformas de pesquisa: Google Acadêmico e o site do Governo, Domínio Público, além de pesquisas realizadas em livros do acervo pessoal. A abordagem dessa pesquisa é qualitativa, com caráter descritivo/explicativo, uma vez que se teve a intenção de estudar subjetivamente os temas propostos e descrever suas características. A pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, realiza um levantamento de informações através do contexto e os seus métodos preocupam-se mais em identificar e descrever certos fenômenos do que em classificá-los numericamente. Essa é uma pesquisa foi realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2020.

A primeira etapa foi realizar a pesquisa nas plataformas de pesquisa com as Palavras “pedagogia social” e “educação popular”. Em uma tabela, foram separados vinte e três produções científicas, entre artigos acadêmicos e livros. A segunda etapa foi a realização da leitura e fichamento dos textos (contendo ano e local de publicação, autores citados e referência) a fim de organizar os temas semelhantes entre os trabalhos, resultando nos tópicos já descritos nesta pesquisa, relacionados à história da Pedagogia Social; história da Educação Popular e a contextualização do diálogo entre ambas. Por fim, a escrita se deu em constante releitura dos textos organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é hoje um direito, garantido pela Constituição, que ultrapassa os limites da pedagogia escolar e sua dimensão social precisa ser debatida constantemente. Apesar da necessidade cada vez mais urgente pela Educação Social, percebemos que a Pedagogia Social é um debate relativamente novo no Brasil, com poucas pesquisas e, assim como a Educação Popular, traz consigo o desafio de tentar compreender o que é educação social numa sociedade cada vez mais desigual. Enquanto campo de pesquisa, ainda caminha para uma maior visibilidade e valorização da área de atuação. Não podemos estancar o debate sobre o papel da Pedagogia dentro das Ciências da Educação, pelo contrário, é necessário criar e cultivar uma cultura cada vez mais explícita de formação social, dentro dos movimentos sociais, escolas e universidades, para os sujeitos que irão atuar tanto na educação formal, quanto na não-formal.

É importante ressaltar que o objetivo primário da Pedagogia Social é que o excluído, aquele que não teve acesso à escola ou que se encontra nas mais variadas situações de injustiça social, passe a ser inserido nas ações educativas. A importância de manter vivo o diálogo sobre Educação Social se encontra nas formas de sofrimento provocados pelo sistema capitalista, que acentua as diferenças sociais e que, cada vez mais, exclui, humilha e desampara o ser humano. É nesse sentido que a PS vai atuar, procurando estimular nos educandos o reconhecimento dos próprios valores e qual o papel ele ocupa na história.

As relações sociais atualmente são diferentes, mais complexas, portanto a Educação Popular chega ao século XXI com um histórico de transformação social e superação das desigualdades, que pode ser implementada em todos os espaços onde a educação pode acontecer. O papel da EP é ampliar o conhecimento de mundo

dos educandos, se apresentando como uma forma de resistência através da práxis libertadora e garantir que esses sujeitos tenham participação política na vida em sociedade.

A produção deste artigo visou estabelecer qual o papel da Pedagogia Social e da Educação Popular nos processos educativos voltados à libertação e emancipação dos sujeitos historicamente excluídos. Os conflitos provocados pelo sistema gera inúmeras formas de desigualdades sociais, que podem ser percebidas em diversas instâncias da nossa sociedade. A escola ainda é a principal instituição responsável pelos processos de aprendizagem, no entanto, ela também está inserida na lógica contraditória do capital, e, portanto, não é capaz de enfrentar sozinha as mazelas do capitalismo. A PS e a EP são práticas educativas libertadoras e alternativas à pedagogia tradicional que acontecem não apenas dentro dos muros escolares, mas em outros contextos, como nos movimentos sociais e sindicais. Os objetivos da Educação Popular e da Pedagogia Social é a formação de cidadãos críticos, que se percebam como sujeitos pertencentes ao mundo, capazes de transformar suas realidades.

Cabe a nós, educadores e pesquisadores, estimular o debate dentro das escolas, universidades e movimentos sociais, questionando como a PS e a EP podem contribuir para a construção de práticas educativas cada vez mais transformadoras. Esse diálogo é primordial para que a Pedagogia Social e a Educação Popular sejam introduzidas como bases epistemológicas da Educação Social, dando suporte teórico para que os educadores sociais saibam estudar e intervir no meio, estimulando os indivíduos a ter pensamento crítico, ajudando-os a superar as injúrias sociais e a conquistar a emancipação e autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 15 mai. 2020.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 23, p. 341-368, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/73/142>>. Acesso em 13 jun. 2020.

_____. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100015&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 13 jun. 2020.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação e mudança**. 12. ed. [S.l.]: Paz e Terra, [197-].

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf>. Acesso em 16 set. 2020.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. Estado e Educação Popular na América Latina. In: _____. **Estado e Educação Popular: bases para uma educação pública popular**. Campinas, SP: Papyrus, 1992, p. 63-83.

_____. Paulo Freire e educação popular. **Revista Trimestral de Debate da FASE**. 2007. Disponível em: <<https://varrevila.com.br/site/wp-content/uploads/2016/11/Paulo-Freire-e-Educacao-Popular.pdf>>. Acesso em 15 jun.

2020.

_____. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**. Brasília, v. 18, n. 1, p. 10-31, 2012. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/3933/2406#page=10>>. Acesso em 15 jun. 2020.

_____. **Estado e educação popular: desafios de uma política nacional**. 2016. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4336/2/FPF_PTPF_01_0955.pdf>. Acesso em 15 jun. 2020.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UVaaBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=graciani+pedagogia+social&ots=V6_6DSxNgA&sig=aAGfXYGLOAFRUQ33sH8F8zXaNWw#v=onepage&q=graciani%20pedagogia%20social&f=false>. Acesso em 15 mai. 2020.

MACHADO, É. R. **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha**. 2014. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-142130/publico/ERICO_RIBAS_MACHADO_rev.pdf>. Acesso em 12 jun. 2020.

_____. **Fundamentos da pedagogia social**. Unicentro: Paraná. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/951/5/Fundamentos%20da%20pedagogia%20social.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2020.

MORESI, E. et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, p. 24, 2003.

NOGUEIRA, M. O. G; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006.

VIEIRA, C. R. **Pedagogia Social: discursos e práticas: um estudo da AMMEP (SL/RS)**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de

Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

VIGOTSKI, L. S.. A transformação socialista do homem. **URSS: Varnitso**, p. 1-9, 1930. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01072013_a_transformaacao_socialista_dos_homens.pdf . Acesso em 15 mai. 2020.